

Banir as artes de pesca de arrasto de fundo nas Áreas Marinhas Protegidas traz benefícios económicos e ambientais

12 de Maio, 2021

Uma análise socioeconómica solicitada pela Seas At Risk à “New Economics Foundation” revelou que a proibição das artes de pesca de contacto com o fundo nas Áreas Marinhas Protegidas produziria benefícios líquidos quatro anos após a entrada em vigor, refere um comunicado divulgado à imprensa.

O estudo, divulgado em Portugal pela Sciaena, sublinha que, 13 anos após a proibição, o retorno seria de 3,41 euros por cada euro gasto, com um benefício líquido cumulativo equivalente a 8,4 mil milhões de euros ao fim de 20 anos.

Os principais benefícios económicos incluiriam a criação de novas atividades de lazer, bem como um aumento na quantidade e dimensão de peixes disponíveis para pescas de baixo impacto. Mais importante: “um oceano saudável e ecossistemas resilientes teriam muitos efeitos positivos na comunidade ao nível da regulação climática, qualidade da água, sequestro de carbono e proteção contra fenómenos naturais extremos”, refere a nota.

De acordo com Marc-Philip Buckhout, diretor de políticas na Seas At Risk, “estamos em plena sexta extinção em massa. As Áreas Marinhas Protegidas não conseguem desempenhar o seu papel crucial de proteção da vida marinha se se permitir a continuação de atividades de pesca destrutiva como redes envoltentes-arrastantes demersais, redes de arrasto de vara, arrasto de portas e dragas”. Por isso, “banir o arrasto de fundo e as igualmente destrutivas artes de pesca de contacto com o fundo nas Áreas Marinhas Protegidas permitir-nos-á combater a perda de biodiversidade e permitirá ao oceano mitigar as alterações climáticas, com benefícios socioeconómicos líquidos”, acrescenta.

Para conservar os recursos pesqueiros e proteger os ecossistemas marinhos, a Comissão Europeia está a delinear um plano para cumprir os compromissos estabelecidos na Estratégia de Biodiversidade da UE e no Pacto Ecológico Europeu. Este plano será fundamental para a proteção marinha nos próximos anos e no longo prazo.

“À luz das conclusões deste relatório, apelamos à Comissão Europeia para que elimine progressivamente a destrutiva prática da pesca de arrasto de fundo, a começar pelas Áreas Marinhas Protegidas, e ao longo das zonas costeiras sensíveis num futuro próximo”, destaca Andrea Ripol, diretora de Políticas de Pesca na Seas At Risk.